



Sede do Tuparandi recebe o nome de Lauro Fernando Zanetti

Encontro da
Jovem Advocacia reúne
grandes nomes e público

Subseção
completa
64 anos

Saiba mais
sobre o Numape –
O Núcleo Maria da Penha



Matrículas
abertas!
Matrículas
abertas!
Matrículas
abertas!

anos iniciais
Ensino Fundamental
Autonomia e criatividade,

Isso é Universitário

COLEGIO
UNIVERSITÁRIO

Telefone: (43) 3378-6600

SITES PARA ADVOCACIA

MELHORE SUA COMUNICAÇÃO
COM SEUS CLIENTES.

Oferecendo mais profissionalismo
e credibilidade ao seu escritório!

ATRAVÉS DO
CONVÊNIO



Valores a
partir de
R\$ **53**,⁹⁰
Mensais

SOLICITE ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO:

www.juris.marketing

 (41) 9.9178.9213

 (41) 3668.8127

 COMERCIAL@JURIS.MARKETING





GESTÃO 2022/2024

• PRESIDENTE

Nelson Sahyun Junior

• VICE-PRESIDENTE

Sania Stefani

• SECRETÁRIO-GERAL

José Carlos Mancini Junior

• SECRETÁRIA-ADJUNTA

Caroline Thon

• TESOUREIRO

Francisco Luís Hipólito Galli

• DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Geovanei Leal Bandeira

• CONSELHO FEDERAL

Artur Piancastelli

• CONSELHO ESTADUAL

Eliton Araujo Carneiro

José Carlos Vieira

Leidiane Cintya Azeredo

Maria Lucilda Santos

Mario Sérgio Dias Xavier

Solange Rodrigues de Souza

Vânia Regina Silveira Queiroz

• CAIXA DE ASSISTÊNCIA

Edmeire Aoki Sugeta - Diretora

Fabiano Nakamoto - Delegado

• CONSELHO DA SUBSEÇÃO

Alessandro Moreira Cogo

Amanda Cristina G. Benavenuto

Ana Paula da Silva

Andressa C. I. Machado

Arthur Lustosa Strozzi

Bruno Augusto Sampaio Fuga

Carlos Renato Cunha

Diogo Brochard Menoncin

Elizangela Abigail Socio Ribeiro

Fábio William Maciel

Fellipe Stabelini Anabuki

Graziella Yumi Ogaki Adão

Ivan Martins Tristão

Jair Vicente da Silva Junior

Jaqueline Alves Amendola Heinzl

Jaqueline Corazza Montero

Jéssica Leonilda Veiga

Juliana Ramos Fernandes Braga

Kaio Pitsilos

Marco Henrique Damiao Beffa

Marcos Massashi Horita

Milena Barros Breda Nobre

Monica A. I. Thomaz de Aquino

Natalia Regina Karolensky

Rafael Flavio de Moraes

Rafael Garcia Campos

Raphaella de Angela Viel Amorin

Regina Aparecida Simões Cabral

Renata C. de Oliveira Alencar Silva

Rodolfo Xavier Ciciliato

Silvana Camila Castilho Felix

Talita Cristina Fidelis Pereira Biagi

Tamires Luane Meli Queiróz

Valdeci Eleuterio

• **EXPEDIENTE:** - **CONSELHO EDITORIAL:** Caroline Thon, José Carlos Mancini e Sania Stefani - **REDAÇÃO E EDIÇÃO:** Máxima Comunicação - **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Benê Bianchi (MTb 2621) - (43) 3339 7199 - **FOTOGRAFIA:** Jonas Pereira - **PROJETO GRÁFICO/COMERCIALIZAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO:** Boletim Informativo Comunicação Institucional - (41) 3668-8127/9.9111.5717 - Email: comercial@boletim.jor.br - Site: www.boletim.jor.br - **OAB LONDRINA/PR:** R. Parigot de Souza, 311 - CEP. 86010-904 - Londrina/PR - (43) 3294 5900 - londrina@oabpr.org.br - **TIRAGEM:** 8.486 eletronicamente - Distribuição dirigida e gratuita.

As matérias assinadas são de inteira responsabilidade de seus subscritores.



MAIS PRATICIDADE PARA VOCÊ!

Para ter acesso ao Jornal,
basta apontar a câmera do
seu celular ou o leitor
de QR Code para esta imagem



Plantão de Prerrogativas

Atendimento 24 horas - (43) 9.9949-5961

Médico de Família – Agende sua consulta: (43) 3374.8300

Conheça os benefícios da CAA-PR

<https://www.caapr.org.br/beneficios/>

“Aqueles que não podem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”. A frase do conhecido filósofo espanhol George Santayana bem reverbera as ações da OAB, Seção do Paraná, Subseção de Londrina e a Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, realizadas no mês de setembro/22, quando optaram em nominar a sede histórica que está localizada no Edifício Tuparandi, no centro da cidade de Londrina, com o nome do saudoso e sempre presente advogado Lauro Fernando Zanetti, ex-presidente da OAB, Subseção Londrina e Conselheiro Seccional, quando então lutou diuturnamente para que investimento fossem destinados a recuperação daquelas salas que

simbolizam o início da OAB-Londrina e todas suas conquistas, o que não ocorreu por mera coincidência ao aniversário de 64 anos da nossa Subseção.

Como já de costume, ações e eventos movimentam o dia a dia da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Londrina, os quais sempre permeiam a maior valorização da advocacia local, dispondo aos advogados que atuam e residem em Londrina e em todas suas demais Comarcas a oportunidade de presenciarem e participarem de palestras de juristas de reconhecimento internacional.

Neste sentido, as páginas seguintes buscam retratar que os movimentos das comissões e também dos nossos Con-

selheiros e Representantes de Comarca, evidenciam o caminho que ilumina as decisões da OAB, Subseção de Londrina, sempre contínuo na vigilância intransigente do respeito às prerrogativas profissionais, na disposição de cursos e eventos para maior qualificação do profissional, e que é sempre acompanhada da transparência de suas iniciativas. Junte-se a isso, em destaque, o impulso para a melhor qualidade de vida dos advogados, promovendo ações voltadas a saúde, como o campeonato de futebol que tem por objetivo uma maior interação entre os colegas.

Boa leitura!

A diretoria

Olá, advogados e advogadas,

Não é de hoje que a OAB Londrina tem feito um trabalho incansável para levar o máximo de informações até você! São vários os nossos canais, atualmente: site, Instagram, Facebook, WhatsApp, Telegram, Youtube e jornais digitais. Além disso, praticamente todas as nossas comissões possuem mídias sociais próprias e mantemos também um trabalho de e-mail marketing com todos os profissionais que estão inscritos em nossa Subseção.

Se você ainda não acessou ou ainda não nos segue nas redes sociais, não perca mais tempo!



ACESSE NOSSOS CANAIS E SE MANTENHA INFORMADO:



Site

oablondrina.org.br



Facebook

[/oablondrina](https://www.facebook.com/oablondrina)



Instagram

[@oablondrina](https://www.instagram.com/oablondrina)



**Grupo no
WhatsApp
e Telegram**



**YouTube
OAB Londrina**



Jornais Digitais

(estão disponíveis
no nosso site)

NUMAPE – Núcleo Maria da Penha de acesso à justiça e atendimento psicológico gratuito à mulher que sofre violência doméstica

O Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) é um Programa da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) com recursos do Fundo Paraná, com Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Paraná, Secretaria de Justiça do Paraná, do CEDM, Defensoria Pública, Ministério Público, entre outros órgãos e as Universidades Estaduais, que executam o trabalho do NUMAPE (UEL, UEM, UEPG, UNIOESTE, UNICENTRO, UENP e UNESPAR), nas cidades de Londrina, Maringá, Jacarezinho, Paranaíba, Guarapuava, Irati, Francisco Beltrão, Toledo, Marechal Cândido Beltrão e Foz do Iguaçu.

O Núcleo Maria da Penha tem por propósito estimular o estudo e a pesquisa. Atua ainda no âmbito acadêmico, havendo constante promoção de pesquisas, disseminação de artigos, participação e organização de eventos acadêmicos, a fim de proporcionar o desenvolvimento de habilidades específicas às bolsistas, profissio-

nais e estagiárias vinculadas ao projeto. Tem ainda o propósito de auxiliar no diagnóstico, formulação e execução de políticas públicas na área da promoção aos direitos humanos e enfrentamento à violência doméstica familiar contra mulheres em apoio aos Conselhos Municipais e Estadual dos Direitos da Mulher; prestar atendimento jurídico e psicológico gratuito para a garantia do acesso à justiça da mulher que se encontra violada em seus direitos ou em situação de violência doméstica e familiar e às crianças e aos adolescentes vítimas da violência doméstica e familiar, sem interferir nas atribuições do NEDDIJ (Núcleo de Direitos e Defesa da Infância e Juventude).

As equipes são formadas por professores da área do Direito e Psicologia, podendo contar ainda com as áreas do Serviço Social ou Pedagogia, com profissionais das áreas de atendimento e alunos dos mesmos cursos, das Universidades onde tem o Núcleo de atendimento, priorizando o atendimen-

to jurídico em todos os projetos para o cumprimento do artigo 27 e 16 da Lei Maria da Penha nº 11.340/2006.

Esta lei foi denominada “Lei Maria da Penha” em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que, após ter sido agredida violentamente por seu cônjuge, lutou para ver seu agressor na cadeia. Esta lei veio para dar subsídio para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar. Contudo, sabe-se que além da redação legislativa, faz-se necessário o atendimento integral da mulher, bem como a criação de Núcleos especializados.

Sob esse viés, o objetivo da lei é amparar mulheres em situação de violência doméstica em todos os seus aspectos, sejam eles jurídicos, psicológicos ou sociais. Assim, diante da necessidade de trazer efetividade à própria Lei nº 11.340/2.006, é que foi criado o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), projeto este idealizado pela Professora Dra. Claudete Carvalho

Canezin, de forma a promover o acesso à justiça, atuando, ainda, em conjunto com os demais serviços da Rede de Proteção e Enfrentamento à Violência Doméstica.

O NUMAPE é um programa estratégico da UGF/SETI e projeto de extensão das Universidades onde estão instalados os Núcleos, que visa o resgate da dignidade da mulher e conta com o apoio de uma equipe multidisciplinar, preparada para atender a mulher que sofre violência doméstica de forma humanizada e acolhedora.



PROF. DRA. CLAUDETE CARVALHO CANEZIN
Docente da Universidade Estadual de Londrina/UEL na graduação e pós-graduação; coordenadora, supervisora e advogada do NUMAPE/UEL desde 2010.

**Diga não à violência doméstica contra a mulher!
Denunciar é combater, calar é permitir!**



TRANSAMERICA
EXECUTIVE
MARINGÁ

Advogados inscritos na OAB, tem condição especial

Reservas: (44) 3123.9800 - Rodovia PR 317, KM 5, 5428 - Maringá/PR
Email: reservas.tmgf@atlantichotels.com.br @transamericamaringa

<https://www.reserveatlantica.com.br/hotel/transamerica-executive-maringa>



COMISSÕES EM AÇÃO

DIREITO AGRÁRIO E DO AGRONEGÓCIO



O advogado agrarista Albenir Querubini ministrou palestra na sede da OAB-Londrina no dia 2 de setembro a convite da Comissão de Direito Agrário e do Agronegócio. Considerado uma referência no direito agrário, Querubini falou sobre Desafios da Advocacia Especializada nas Demandas do Agronegócio.

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM



A convite da comissão de Mediação e Arbitragem, a mestre em Direito e especialista em resolução estratégica Dulce Nascimento ministrou palestra para os advogados da OAB-Londrina no dia 12 de setembro. O tema foi “Advocacia não adversarial - Não tente competir comigo, eu quero que você ganhe também”.

RESPONSABILIDADE CIVIL



No dia 16, o advogado e professor universitário Demetrius Coelho Souza ministrou palestra na OAB-Londrina sobre “Figuras parcelares decorrentes do abuso de direito e seus reflexos na responsabilidade civil”. A organização foi da comissão de Responsabilidade Civil.

SETEMBRO AMARELO

Uma das atividades realizadas dentro da agenda da campanha Setembro Amarelo, em Londrina, foi a palestra com a psicóloga Annila Cruz sobre Mitos e Verdades sobre o Suicídio. Aconteceu no dia 15, na sala da OAB-Londrina no edifício Tuparandi, numa realização da Caixa de Assistência dos Advogados – CAA-PR - em parceria com a Subseção.



DIREITO DO TRABALHO



Ônus da prova na Justiça do Trabalho. Esse foi o tema da palestra que o advogado e professor Renato Lima Barbosa proferiu em reunião com convidado da Comissão de Justiça do Trabalho, no dia 23 de setembro.

FILHO NÃO É VISITA

Membros da Comissão de Direitos das Famílias e Sucessões, numa ação para dar visibilidade à campanha Filho não é Visita, distribuíram panfletos e informações no Estádio do Café, durante o jogo entre o Londrina e o Chapecoense pela série B do Campeonato Brasileiro, no último dia 10 de setembro. A campanha visa à conscientização de que filhos convivem com pai e mãe e que não são visitas, em caso de casais separados.



DIREITOS HUMANOS

Representantes da Comissão de Direitos Humanos da OAB-Londrina têm participado de reuniões que discutem a desocupação da área ao redor do Centro Cultural Kaingã Varê, próximo à Avenida 10 de Dezembro, juntamente com projetos para o direcionamento dos índios que lá residem a outras áreas como Chácara São Miguel e Salto do Apucarantina e a consequente melhoria das condições habitacionais e de assistência àquelas comunidades indígenas. O projeto ainda vislumbra a possibilidade de auxiliar o acesso dos estudantes indígenas de Londrina e região aos estabelecimentos estudantis de Londrina. As reuniões estão sendo realizadas mensalmente, com previsão de apresentação de relatório final no início de dezembro.



REUNIÃO DISCUTE ATRASOS NOS PROCESSOS DA VEP

Os advogados criminalistas se reuniram, na sede da Subseção Londrina, com o juiz da Vara de Execuções Penais da comarca, Dr. Katsujo Nakadomari, no dia 30 de agosto. A reunião, para discutir atrasos nos processos da VEP, foi organizada pelas Comissões da Advocacia Criminal e Prerrogativas da Subseção, com a participação do secretário-geral da Subseção, José Carlos Mancini Junior, e do diretor de Prerrogativas, Geovane Leal Bandeira. O coordenador da comissão de Advogados Criminalistas, Rafael Garcia, informa que o juiz justificou o atraso do andamento dos processos da VEP em razão do aumento expressivo de processos. Ele passou a ser responsável pelos processos da Vara de Execuções Penais de Regime Aberto (VEP-MA) e de mais 32 Comarcas da região, elevando o número para 15 mil processos. “Em contrapartida, continua com um total de oito funcionários para cobrir toda essa demanda. Nós (Diretoria de Prerrogativas, Comissão de Prerrogativas e Comissão da Advocacia Criminal) nos comprometemos a levar essa demanda ao Observatório do Judiciário criado pela Seccional, com intuito de solicitar que seja dado um suporte maior ao juiz, que basicamente será o aumento de servidores para cobrir toda essa demanda”, informa Garcia.



• Comissão da Criança e do Adolescente

Vanessa Zambaldi é a coordenadora da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB-Londrina pela segunda vez. Ela é graduada em Direito pela Universidade Norte do Paraná (2007), pós-graduada em Compliance Contratual e Perícias Judiciais; pós-graduanda em Direito Imobiliário, Registral e Notarial; e advogada atuante nas áreas cível, família e criança e adolescente.

Abaixo, ela fala um pouco sobre a comissão.

Como conheceu o trabalho da comissão?

No ano de 2017 fui convidada para participar de uma reunião da Comissão, e já em 2018, fui convidada para assumir a Coordenação da Comissão.

- Qual o papel da comissão no contexto da entidade e da comunidade?

A Comissão tem como principal objetivo dedicar-se à aplicação dos direitos da criança e do adolescente e representa a OAB/PR no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA). Na Gestão de 2019-2021, a OAB-Londrina, representada pela Dra. Patrícia Carvalho de Lima, secretária dessa Comissão, foi eleita suplente no referido Conselho. Já na Gestão de 2022-2024, eleita Conselheira do CMDCA, representada por mim. Através da CMDCA, a OAB Londrina conquistou o direito de voto em questões importantes com relação à criança e adolescente, além de participar, como relatora da Comissão de Instrução do CMDCA, que trata de processos administrativos com relação a funcionários públicos que ocupam cargo em funções diretamente ligadas à criança e adolescentes. É um papel de grande importância da Comissão, participar de reuniões e eventos municipais relevantes ao tema.

Como é a rotina de trabalho de seus membros?

Os trabalhos são intensos, com reuniões ordinárias mensais, onde se discute o que foi realizado, analisam os eventos futuros e dividem-se as tarefas.

Qual o planejamento de trabalho para o primeiro ano de atividades?



O próximo objetivo da Comissão, com o apoio da OAB-Londrina é conquistar mais uma cadeira no CMDCA, como suplente, o que nos permitirá dividir os trabalhos entre os dois Conselheiros.

Como vocês se organizaram para otimizar o trabalho da comissão?

Infelizmente, a Comissão da Criança e do Adolescente conta com poucos membros. Então, dividimos a presença nas reuniões e eventos de acordo com a disponibilidade de cada um.

• Comissão de Direito Tributário

Advogado há quase 20 anos, Elvio Flávio de Freitas Leonardi, coordenador da comissão de Direito Tributário se formou na primeira turma do curso de Direito da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) em 2002. Desde a graduação, passando pela pós-graduação, enveredou pelo Direito Constitucional, com ênfase no Direito Tributário e Previdenciário, realizando estudos acadêmicos ligados às três áreas do direito. Hoje é professor em cursos de pós-graduação em diversas instituições de ensino do Brasil e palestrante.

Élvio iniciou sua caminhada institucional na Subseção-Londrina pelas Comissões de Direito Tributário e Previdenciário, restringindo-se, depois de algum tempo, a participar apenas da Comissão de Direito Tributário, na qual está há três gestões. Além da Comissão de Direito Tributário da OAB/Londrina, é presidente do Instituto de Direito Tributário de Londrina/PR.

E antes de falar um pouco sobre a comissão, ele deixa um recado: os advogados interessados em participar da Comissão podem preencher o formulário disponível no link: <https://forms.gle/RdUbJSqhKnQtMKrB8>

Como conheceu o trabalho da comissão?

Conheci a comissão através do trabalho institucional que realizava, participando de seus eventos. Acredito que este seja o meio mais fácil de se iniciar nas atividades da Comissão.

Qual o papel da comissão no contexto da entidade e da comunidade?

A Comissão tem como papel primeiro assessorar a Diretoria e o Conselho da Subseção no cumprimento de seus objetivos institucionais, naquilo que seja relacionado ao Direito Tributário. No âmbito da comunidade jurídica, a Comissão tem como objetivo ser uma importante ferramenta de atualização, promovendo crescimento pessoal e o aprimoramento de seus integrantes, além de servir de importante mecanismo de networking.

Como é a rotina de trabalho de seus membros?

A Comissão, em regra, reúne-se uma vez ao mês, presencialmente ou por videoconferência. Contudo, reuniões extraordinárias podem ser realizadas a qualquer momento, mediante convocação da Diretoria da própria Comissão ou da Subseção. Os membros, por exemplo, além de terem a obrigação de participar das reuniões, podem ser convocados para atuarem no apoio da Comissão, na elaboração de trabalhos escritos, tais como na confecção de pesquisas, apresenta-



ção de seminários e defesas de temas específicos.

Qual o planejamento de trabalho para o primeiro ano de atividades?

O planejamento neste primeiro ano de atividades tem seguido as diretrizes delineadas no Colégio de Presidentes. Tivemos reuniões ordinárias e com convidados no primeiro semestre, tratando de temas importantes para o Direito Tributário, realizamos reuniões em parceria com outras Comissões Temáticas da Subseção de Londrina, com a Comissão de Direito Tributário da Subseção de Maringá, com a Comissão de Direito Tributário da Seccional, e, especialmente, com nosso maior parceiro, o Instituto de Direito Tributário de Londrina (IDTL); e assim manteremos neste segundo semestre.

Conselheira Jaqueline Corazza

Jaqueline Corazza exerce a função de conselheira da OAB-Londrina pela primeira vez, mas já atua voluntariamente em prol da Subseção há vários anos. De 2016 a 2019, foi coordenadora do Núcleo Jovem; em 2020 assumiu a coordenação da Comissão de Direito Previdenciário, cargo que ocupou até 2021.

Ela é graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Londrina (2014), especialista em Direito Previdenciário pela Universidade Estadual de Londrina (2016), especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Damásio (2017). Atua em Londrina e Rolândia, especialmente, na área de Direito Previdenciário.

Como você vê o papel do Conselho da Subseção?

O Conselho da Subseção exerce relevante papel em prol da advocacia londrinense, pois, além de deliberar matérias referentes à análise de processos ético-disciplinares, ainda auxilia a Diretoria na emissão de pareceres e na execução de projetos e atividades de interesse dos advogados que compõem a Subseção.

Como vem atuando?

Ao longo desse quase um ano de gestão, venho atuando de forma célere na análise dos processos ético-disciplinares, assim contribuindo com o regular trabalho do Conselho da Subseção. Além disso, busco atuar efetivamente na realização de eventos, reuniões, projetos e atividades que contribuam para a integração da classe.

Como avalia essa integração promovida pela atual gestão, que trouxe renovação e diversidade para o Conselho?

A integração promovida pela atual gestão da Subseção é de grande relevância, eis que pode contar em seu



rol de Conselheiros com advogados e advogadas que possuem as mais diversas experiências pessoais e profissionais. Em relação a isso, é importante salientar o papel da mulher advogada no Conselho da Subseção. Atualmente, o Conselho da Subseção de Londrina é composto por 18 mulheres, dentre elas, advogadas atuantes na área trabalhista, previdenciária, cível e de família.

Conselheira Jaqueline Heinzl

Jaqueline Alves Amendola Heinzl está em seu terceiro mandato como conselheira. Já foi secretária e coordenadora da Comissão da Mulher Advogada e coordenou, por um breve período, a Comissão dos Direitos da Infância e Juventude. A advogada, que participa ativamente da entidade, é pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil (UEL) e também em Direito de Família e Sucessões – Teoria e Prática (UEL); é integrante do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família) e especialista no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Ela é graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Londrina (2014), especialista em Direito Previdenciário pela Universidade Estadual de Londrina (2016), especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Damásio (2017).

Como você vê o papel do Conselho da Subseção?

É poder contribuir com a advocacia, dignificando-a e trabalhando em prol de uma classe ao qual orgulhosamente pertencço, compartilhando com a Diretoria e colegas Conselheiros os reclamos da advocacia.

Como avalia essa integração promovida pela atual gestão, que trouxe renovação e diversidade para o Conselho?

A nova diretoria, regida pelo nosso presidente que tem uma visão empreendedora da advocacia e tem



a sensibilidade da inclusão, reconhece o valor de cada advogado, sendo ele jovem iniciante, idoso, negro, mulher, enfim está atenta às particularidades e às necessidades do advogado e isso é extremamente gratificante.

A SUA

HOSPEDAGEM EM LONDRINA

FAÇA SUA RESERVA ANTECIPADA E RECEBA CONDIÇÕES ESPECIAIS APRESENTANDO SUA CARTEIRA DA OAB

Fale Conosco (43) 2104-4200

Av. Juscelino Kubitschek, 1356 - Londrina/Pr

@londrinabluetree - www.bluetree.com.br

Blue Tree Premium
Londrina - Paraná



Atenção às demandas pontuais e as perenes

Graduado em Direito pela Faccar (Rolândia), especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela PUC Londrina e também especialista em Filosofia Política e Jurídica pela UEL, Luis Gustavo Lepre da Silva é o representante da Comarca de Rolândia, cidade onde atua desde que se formou, tendo como foco a advocacia empresarial preventiva e a solução extrajudicial de conflitos.

Ele também é professor universitário no curso de Direito na UCP (Faculdades do Centro do Paraná) na cidade de Pitanga, sendo titular das disciplinas de Teoria Geral do Direito e Hermenêutica Jurídica, Direito Administrativo II, Direito Constitucional II e Ciência Política e Teoria do Estado.

Lepre foi apresentado à Subseção pelo então professor Rodrigo Brum (in memoriam) e foi a seu convite que participou de um Simpósio de Direito do Consumidor, oportunidade em que pode conhecer mais de perto a estrutura da entidade. “Por Rodrigo Brum ouvi falar pela primeira vez das comissões, do Núcleo Jovem e dos advogados iniciantes, da CAA, da ESA. Pelo menos para mim, ele foi um grande incentivador e divulgador da Subseção e da promoção da proximidade entre advogados e estudantes com a Ordem”, recorda-se.

Como representante da Comarca de Rolândia, Lepre iniciou seus trabalhos conversando e se inteirando das demandas dos colegas da cidade. A primeira questão levantada foi em relação à necessidade de reestruturação das salas da OAB nos Fóruns da Justiça Comum Estadual e da Justiça do Trabalho, tendo em vista o retorno das audiências presenciais.

“Verificamos o que precisava ser feito nas salas, estive em contato com os diretores dos fóruns e também os responsáveis pela administração, recebi algumas solicitações mais urgentes de colegas e, logo no início da gestão estas demandas relacionadas às salas foram resolvidas, como a substituição de equipamentos, internet, água, limpeza, etc. Devo inclusive ressaltar que fiquei muito satisfeito com a rapidez das respostas da Subseção”, relata.

Entre os papéis que exerce, o representante destaca a ponte que faz entre a advocacia local e a diretoria da Subseção; a divulgação das atividades da entidade em sua comarca; e o encaminhamento célere das demandas dos colegas.

Lepre ainda destaca a importância de ser vigilante na preservação das prerrogativas dos advogados e advogadas que atuam na comarca e na busca de soluções



consensuais de eventuais demandas entre a Ordem e as demais instituições, seja do Poder Público ou da sociedade civil; estar atento às demandas pontuais e as permanentes, nas quais estão incluídas maior celeridade nos andamentos dos processos; preservação de prerrogativas; arbitramento de honorários dignos e proporcionais; trato educado, urbanizado e civilizado entre todos aqueles que trabalham num processo judicial; atendimento e acesso direto dos advogados com magistrados, demandas estas que, acredita ele, serão perenes e “que em alguns momentos caminharão bem, noutros nem tanto”.

POR RAFAEL GARCIA CAMPOS - Advogado e Conselheiro da OAB Londrina

Comunicação entre advogado e cliente custodiado



Considerando a imprescindibilidade do advogado para administração da justiça, amparado no art. 133 da Constituição federal¹, o qual estabelece que o advogado é indispensável à administração da justiça. O Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94), em seu art. 7º, prevê diversos direitos e prerrogativas para garantir o livre exercício da advocacia.

Nesse sentido, o art. 7º, inciso III do Estatuto, refere-se a comunicação do advogado com os clientes que estiverem custodiados, vejamos:

“III- comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.”

Assim, o referido dispositivo assegura o pleno exercício da ampla defesa, pois, impede qualquer tipo de restrição referente ao contato do advogado para com o cliente que esteja custo-

diado, inclusive, sem a outorga de mandato, seja em estabelecimento de natureza civil ou militar. Além disso, estabelece que a comunicação deve ocorrer de forma pessoal e reservada, permitindo assim, que dados e informações confidenciais sejam obtidos, corroborando para a plena atuação do profissional, pois, veda qualquer controle prévio, seja durante, ou até mesmo após a comunicação entre o advogado e seu cliente.

Com isso, reafirma-se a previsão constitucional assegurada ao preso assistido pelo advogado, proporcionando assim a correta aplicação da lei, bem como, assegurado os direitos dos presos.

Essa comunicação entre advogado e cliente é defendida muito antes da própria promulgação da referida norma aqui debatida, no ano de 1973, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Xavier de Albuquerque, consignou em voto proferido no RHC 51.778 que “O acesso do advogado ao preso é, pois, consubstancial à defesa ampla garan-

tida na Constituição, não podendo sofrer restrição outra que aquela imposta, razoavelmente, por disposição expressa de lei.”

Portanto, a referida norma trata-se de direito assegurado ao próprio cidadão e não meramente prerrogativa do advogado, como na maior parte do disposto no art. 7º do Estatuto da Advocacia. Nesse caso específico, mesmo estando preso, devem ser garantidos aos cidadãos os direitos fundamentais que incluem a obrigatoriedade de ser representado por um advogado (art.133 CF), sendo o art. 7º III, a norma que assegura o livre exercício da defesa.

¹ Artigo 133 – O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo violável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. A interpretação do dispositivo constitucional transcrito se faz a partir de sua situação no texto da Carta Magna.

Advogado doa piano para a sede da Subseção Londrina

Movido pelo amor à música e ao Direito, advogado e juiz aposentado João Casemiro Wielewicki (OAB/PR 3.269) presenteou a OAB Londrina e, por consequência, toda a advocacia local e regional com o piano de seu uso pessoal. O instrumento, que acompanhou dr. Wielewicki por muitos anos, agora está no auditório da sede da entidade e à disposição de todos que queiram tocá-lo. Aliás, essa foi a única condição imposta pelo doador. “A cultura não pode ter cadeado”, argumenta.

Condição imposta, condição aceita. “Foi com grande orgulho que recebemos esse belíssimo presente. Tenho certeza que será bastante aproveitado, tanto em eventos da nossa entidade quanto pelos advogados e advogadas que queiram usá-lo. As portas da OAB estão sempre abertas para as questões jurídicas e para a cultura”, comenta o presidente da entidade, Nelson Sahyun Junior.



Projeto Futebol Feminino está de volta na OAB-Londrina e convida advogadas para participarem

A Comissão de Esportes e Bem-Estar do Advogado da OAB-Londrina está com um convite especial a todas as advogadas interessadas em futebol: para que participem do projeto Futebol Feminino, que reúne advogadas e convidadas toda semana no Centro de Convivência do Advogado.

Os jogos estão sendo marcados para sextas-feiras, às 19h30. Para participar, basta entrar em contato através do fone: 3294-5900 para se inscrever.

Silvia Aparecida de Arruda, integrante da Comissão de Esportes e Bem-Estar do Advogado, avisa que não é preciso saber jogar. “No grupo temos convidadas que já jogam e conseguem orientar quem chega”, informa.

Após as inscrições, Larissa Maria Gomes Fernandes, integrante da comissão e responsável por organizar os times semanalmente, fará as orientações a todas as inscritas e incluirá as participantes no grupo de whatsapp, facilitando a comunicação entre o grupo.



Assinada autorização para construção do primeiro Fórum da Comarca de Centenário do Sul

As obras do novo Fórum de Centenário do Sul, que hoje está instalado em imóvel cedido pelo executivo municipal, serão iniciadas em breve. A assinatura da Liberação da Obra já ocorreu, em solenidade com as presenças do presidente e do secretário-geral da OAB-Londrina, Nelson Sahyun Junior e José Carlos Mancini Jr, respectivamente; do presidente do TJ-PR, desembargador José Laurindo de Souza Netto; do representante da OAB na Comarca, Marcus Podestá de Moraes; advogados; prefeito e vice-prefeita da cidade, Junior Tavian e Sueli Vechiatto; entre outras autoridades.

A necessidade de construção de uma sede própria para o Poder Judiciário já vinha sendo discutida pela advocacia há vários anos e foi, inclusive a principal reivindicação feita pelos advogados na reunião ocorrido pelo programa OAB Paraná Total, em 2021.

O novo edifício do Fórum de Centenário do Sul terá área construída de aproximadamente 1.850 metros quadrados, com valor estimado de R\$ 12.500.000,00.

Os projetos devem ser concluídos em janeiro de 2023, e a obra iniciada em abril. O prazo estimado de execução é de 12 meses.



CAA-PR oferece aulas online de yoga, meditação e pilates

De olho no bem-estar dos advogados, a CAA-PR agora traz três atividades online e gratuitas para que os profissionais possam usufruir. São aulas de yoga, meditação e pilates.

O delegado da CAA-PR em Londrina, Fabiano Nakamoto, informa que para participar basta acessar, no horário de cada aula, o link <https://instagram.com/aulasonlinecaapr?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Anote os horários:

Yoga – segunda e quarta-feira das 8h às 9h | **Meditação** – terça e quinta-feira das 18h às 18h30 | **Pilates** - sexta-feira das 8h às 9h



Agende-se

✓ Direito Internacional da OAB-Londrina

O Congresso de Direito Internacional da OAB-Londrina será realizado nos dias 19 e 20 de outubro. O tema será “Cenário contemporâneo: respostas jurídicas a desafios tecnológicos”. A realização é da OAB-Londrina, por meio da Comissão de Relações Internacionais da casa. Inscrições na plataforma Sympla (<https://www.sympla.com.br/evento/iv-congresso-de-direito-intenacional-no-cenario-contemporaneo/1699555>).



Com participação de grandes especialistas, OAB-Londrina retoma, de forma presencial, tradicional evento

Com o auditório lotado e mais centenas de participantes remotos, o XVI Encontro dos Jovens Advogados de Londrina e Região foi aberto no dia 30 de agosto com uma programação bastante elogiada e muita emoção, pelo retorno de um evento tão tradicional sendo realizado presencialmente após dois anos suspensos pela pandemia.

A qualidade dos palestrantes e temas foram evidenciados pelo presidente da Subseção, Nelson Sahyun Junior, que fez a abertura do encontro. Ele também destacou que o Núcleo Jovem da OAB-Londrina é um dos maiores do Brasil – e atuantes – com 120 membros.

O coordenador do Núcleo Jovem, Guilherme Vitorazzo, informa que o evento teve 326 participantes, sendo 210 presencialmente e 116 de forma virtual. “Contamos com a participação de seis dos maiores nomes do direito Brasileiro em suas respectivas áreas. O evento retomou a tradição de congressos da

jovem advocacia londrinense que, por conta da pandemia, não puderam ser realizados nos últimos anos”, destacou ele.

Ele também agradeceu aos apoiadores e patrocinadores e deixou um recado: “ano que vem tem mais e os objetivos são manter o nível dos palestrantes e superar o sucesso deste ano”.

Participaram da abertura do evento, compondo a mesa, o presidente Sahyun Junior; a vice Sania Stefani; o secretário-geral, José Carlos Mancini Junior; a secretária-geral adjunta, Caroline Thon; o conselheiro federal Artur Humberto Piancastelli; o conselheiro estadual José Carlos Vieira; o delegado da CAA-PR Fabiano Nakamoto; o coordenador da Comissão de Processo Civil da OAB-Londrina, Fábio Paleari; o conselheiro da OAB-Londrina e membro do Núcleo, Fábio Maciel; a conselheira e coordenadora de Filantropia do Núcleo, Silvana Castilho; e os membros do Núcleo Patrícia Conde e Flávio

Neiva.

Para a realização do encontro, o Núcleo Jovem contou com apoio da OAB-Londrina, OAB-PR, CAA-PR; apoio das comissões de Processo Civil da casa, e também das Comissões da Advocacia Iniciante (CAIs) de Apucarana, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Ibaiti, Ivaiporã, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba e Wenceslau Braz, diretoria da Jovem Advocacia do Paraná. Contou ainda com patrocínio do Grupo Rosseto Seguros e Vox2you – Escola de Oratória. Além da participação dos escritórios Advocacia das Famílias, Paleari Advocacia, Rezen-de Neiva Advogados, Sebastião Ferreira Advogados Associados, Teixeira Kussano Jardini Advogados Associados e Vale & Stefanuto Advocacia.

Os participantes do encontro deixaram algumas mensagens aos novos advogados. Acompanhe:



Cássio Telles: aprimoramento sempre

Qual orientação você daria ao Cássio Telles no início da carreira como advogado?

Continuar se aprimorando, dedicar-se para fazer um excelente trabalho em cada causa, afinal conhecimento continua sendo a diferença em uma ciência que cuida das relações sociais em constante mutação e atendimento é o melhor marketing jurídico.

Quais as principais mudanças que a lei 14.365/2022 trouxe para as prerrogativas do advogado?

A principal mudança está na efetividade do inciso II, do artigo 7º., ao tratar da inviolabilidade da nossa profissão, que vai desde o local de trabalho, passando pelos nossos instrumentos e o sigilo de nossas comunicações. Quebrar essa inviolabilidade, diz a nova lei, somente é possível em situação excepcional e desde que o advogado esteja sendo investigado.

As prerrogativas são direitos do advogado, ou direitos do jurisdicionado?

Sempre do jurisdicionado. As prerrogativas têm por finalidade equilibrar acusação, defesa e julgamento e assegurar que o cidadão terá efetivamente observado o devido processo legal e a ampla defesa.



José Miguel Garcia Medina – “As tecnologias podem melhorar o que é bom, mas podem piorar o que já é ruim”

Qual dica ou orientação você gostaria de transmitir ao advogado que está iniciando na carreira agora?

Entender que a formação jurídica não termina quando saímos da faculdade. É necessário estudar continuamente.

Qual a sua opinião sobre o uso de tecnologias pelo judiciário, como por exemplo as audiências virtuais?

A tecnologia não é apenas a forma, mas altera também o conteúdo da atividade jurisdicional. Por exemplo, a prática de atos processuais por meio eletrônico tem levado a novos estudos sobre oralidade, a movimentação processual nos Tribunais superiores na aplicação de teses através de algoritmos tem levado a indagações sobre as decisões judiciais proferidas nesse contexto. As tecnologias podem melhorar o que é bom, mas podem piorar o que já é ruim.

Quais as maiores dificuldades para o advogado interpor recursos aos tribunais superiores?

Compreender a finalidade e a função dos Tribunais superiores e dos recursos a eles dirigidos.

Conecte sua empresa

ao público jurídico de Londrina e região



✓ **Jornal Digital** ✓ **Telegram**

✓ **Banner Site/Informe**

41. 9.9111-5717 | comercial@boletim.jor.br





Luiz Augusto Filizzola D'Urso – “A tecnologia sobe de elevador e a legislação sobe de escada”

Qual a sua opinião sobre a atual legislação brasileira sobre cibercrimes?

A legislação vem se adaptando às novidades trazidas pela tecnologia, inclusive com a crescente migração de determinados crimes para a Internet. Todavia, ainda se observa uma grande dificuldade em legislar neste sentido dos cibercrimes. Gosto de dizer que “a tecnologia sobe de elevador e a legislação sobe de escada”, sendo que não é possível evoluí-los na mesma velocidade. Entendo que, em certos momentos e para determinados temas, o amplo debate no congresso nacional e até a demora para a aprovação de nova legislação, são cenários necessários. Já em outras situações, a morosidade legislativa pode ser bastante prejudicial. Contudo, a atual legislação tem sido acertada em prever e criminalizar grande parte dos cibercrimes.

Qual a sua opinião sobre a virtualização do judiciário?

Necessária e atual. A maior prova dos avanços trazidos com a virtualização do judiciário foi durante a pandemia, sendo possível, mesmo com o Mundo em quarentena, darmos continuidade aos trabalhos no judiciário. Tudo isso graças a já avançada implantação do processo eletrônico, protocolos virtuais, audiências e julgamentos on-line, etc. Portanto, entendo como um grande avanço em nosso país.

O Judiciário brasileiro está preparado para julgar cibercrimes?

O judiciário brasileiro tem respondido com bastante rigor aos crimes cibernéticos e ao seu crescimento. Demonstrando-se, assim, bastante atualizado para atender estas demandas, que exigem alta especialização e técnica. Todavia, ainda sou defensor da implantação de varas especializadas para julgamento de casos relacionados a crimes cibernéticos, o que, inclusive, seria reflexo ao que vemos na polícia civil e na polícia federal, que já contam com delegacias e divisões especializadas no combate a crimes cibernéticos, espalhadas em grande parte do país.



Elias Marques – “O final da graduação é o grande ponto de partida”

Qual caminho você não aconselha que o advogado em início de carreira tome?

O advogado não pode deixar de estudar e de se aprofundar nos desafios da técnica. Logo, o final da graduação deve ser encarado como um grande ponto de partida.

Quais são os erros mais comuns cometidos pelos advogados nos processos de execução civil?

A execução civil apresenta o maior desafio para os chamados princípios estruturantes do processo civil, já que não há efetividade e eficiência, por exemplo, sem uma execução que verdadeiramente funcione e entregue materialmente o bem da vida, em tempo razoável, ao credor. O maior desafio, na execução, é a célebre localização de bens do devedor, sendo esse o foco principal do advogado do credor, para que o sistema executivo possa, de fato, ser efetivo e eficiente.

Na sua opinião, quem são os responsáveis pela crise na execução civil, o legislativo, o judiciário ou existem outros agentes responsáveis?

A histórica crise da execução, além de outros fatores, está centrada na dificuldade de localização de bens do devedor, conforme reconhece o próprio CNJ em sua detalhada pesquisa de Justiça em Números. Não por outra razão, inclusive, que recentes mudanças incentivadas pelo CNJ visam à melhoria de ferramentas para a busca de bens do devedor a serem constrictos. Da mesma forma, no campo tributário, foi possível identificar uma espécie de procedimento de busca antecipada de bens do devedor através da Lei n. 13.606/18 e Portaria 33 da PGFN.



Renê Hellman – “Há ainda um caminho longo a se percorrer na busca do equilíbrio entre a virtualização e o respeito às garantias”

A virtualização do judiciário agregou ou diminuiu a efetividade dos processos?

Esse parece ser o grande desafio do Poder Judiciário no atual momento histórico: incorporar a tecnologia e manter a efetividade das garantias processuais. É difícil afirmar com certeza sobre o assunto, sem que haja uma pesquisa baseada em dados e que analise se a virtualização prejudicou os direitos e garantias processuais dados aos jurisdicionados pela lei processual. O fato é que a pandemia impôs esse método de trabalho virtual e há ainda um caminho longo a se percorrer na busca do equilíbrio entre a virtualização e o respeito às garantias.

Quais são as falhas que comprometem a eficiência do judiciário no Paraná e no Brasil?

Antes de tudo, convém dizer que o Poder Judiciário brasileiro, em linhas gerais, mostra-se bastante eficiente na gestão do enorme acervo de processos que possui. E nos últimos anos percebeu-se claramente o aumento da preocupação com a eficiência dos serviços jurisdicionais, notadamente a partir da criação do Conselho Nacional de Justiça. Dito isto, é possível reconhecer alguns gargalos que comprometem a prestação eficiente do serviço. O primeiro deles talvez seja mesmo a desproporção entre o número de processos e a estrutura que o Poder Judiciário tem disponível atualmente. Além disso, um fator comprometedor da eficiência tem sido a quantidade de processos de execução que não encontram um bom termo. Isso cria um passivo quase intransponível ao Poder Judiciário brasileiro que, como se verá na palestra, não é o causador e nem mesmo a solução desse problema.

Como professor, qual é a lição que você tenta passar aos seus alunos para que sejam profissionais bem-sucedidos no futuro?

O sucesso profissional pode ser atingido de inúmeras maneiras e medi-lo é sempre uma tarefa muito difícil. Entretanto, como professor, costumo dizer que o sucesso a ser alcançado deve ser aquele não necessariamente vinculado ao exercício de cargos importantes ou que gerem renda alta, mas sim ao correto exercício da profissão que se escolhe. A advocacia, a magistratura e as outras carreiras jurídicas em geral possuem uma função de relevo na estrutura do Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição de 1988. Por isso, sucesso terá aquele profissional que compreender a importância da sua função nesse contexto, que entender que qualquer poder que lhe possa ser atribuído somente faz sentido quando estiver a serviço da democracia e que tiver como mote de sua carreira o estudo constante para bem compreender e aplicar o Direito.



Sabrina Becue – “A Advocacia Dativa é uma política pública e, como tal, precisa de teto”

Quais foram os principais avanços da advocacia dativa nos últimos cinco anos?

Em ordem cronológica, eu vejo os seguintes avanços: primeiro, aprovação da Lei Estadual 18.664 que nos permitiu sairmos da inércia e incerteza de antes para um modelo bem estruturado; segundo, a aprovação de uma tabela de honorários específica para a advocacia dativa que permitiu previsibilidade para todas as partes envolvidas; terceiro, a criação da comissão de advocacia dativa e de um setor próprio dentro da OABPR para permitir especialização e dedicação integral ao tema; quarto, o diálogo institucional entre a OABPR, PGE e Judiciário; e quinto, a informatização dos sistemas de inscrição, pagamento administrativo e nomeação de advogados.

Porque os valores dos honorários na tabela da advocacia dativa são diferentes dos valores constantes na tabela de honorários da OAB/PR?

A Tabela da OABPR é uma referência mínima e de mercado. A Advocacia Dativa é uma política pública e, como tal, precisa de teto, ou seja, de previsibilidade orçamentária que é incompatível com a lógica da tabela da OAB.

Como são realizadas as nomeações de advogados dativos pelo judiciário paranaense, e como a OAB/PR tem fiscalizado essas nomeações?

A forma de nomeação é disciplinada pela Lei Estadual. O Poder Judiciário é obrigado a nomear apenas os advogados inscritos na lista e respeitando a ordem de inscrição. Para facilitar o acesso à lista, a OABPR desenvolveu uma ferramenta eletrônica de consulta e registro das nomeações, mas, independente disso, o importante é que a lei define uma regra que deve ser observada por todos. Quanto à fiscalização, temos que presumir que a regra é seguida e a comissão de advocacia dativa atua quando recebe alguma denúncia de não observância da lei estadual.



Com estrutura sólida, OAB-Londrina completa 64 anos

O ano era 1958. A Pequena Londres, então uma jovem cidade, contava apenas com 29 anos, mas já dava indícios de que seria grandiosa. Apesar da tenra idade, havia se transformado em uma referência na produção de café. Atraía gente de todo o Brasil e até do exterior, todos interessados em ganhar dinheiro nos tempos áureos do ‘ouro verde’.

Foi nesse contexto, em outubro daquele ano, que a OAB Paraná instituiu aquela que viria a ser a maior Subseção do estado e do Sul do Brasil: a de Londrina, hoje com cerca de 8.500 advogados inscritos.

“Em seus primeiros anos, os dirigentes da Subseção exerciam um papel mais honorífico. No início dos anos 1970, um grupo de 39 profissionais criou a Associação dos Advogados de Londrina, que embora tives-

se nascido com propósito recreativo e esportivo, passou a atuar na representação e defesa dos advogados. A Subseção vinha a reboque”, conta o advogado Jorge Aidar, que presidiu a OAB-Londrina no biênio 1987-1988.

O ex-presidente relata que este cenário mudou a partir da gestão do Dr. Mauro Viotto (1981-1986), quando a Subseção passou a ser mais atuante na defesa das prerrogativas dos advogados.

Data da mesma época o fortalecimento da advocacia londrinense, que passou a compor chapas para a direção estadual da Ordem, chamando a atenção da Seccional.

Um dos nomes de destaque de Londrina lançados às esferas estadual e nacional é o do Dr. Irineu Codato. Em 1979, ele se tornou conselheiro estadual da OAB-PR, foi

duas vezes vice-presidente da Subseção, atuou como examinador do Exame de Ordem por 20 anos, presidiu o Tribunal de Ética e Disciplina e chegou a conselheiro federal.

No livro “Da Poeira & Lama à Nuvem”, de Ernani Buchmann, Dr. Codato conta que exercer o Direito na década de 1960 era um verdadeiro desafio. Ainda jovem, ele defendia causas de Jacarezinho a Loanda e, para atender a demanda, costuma atravessar com frequência o empoeirado norte paranaense. Também advogava para empresas de São Paulo que mantinham negócios na região. Apesar das dificuldades, o advogado lembra que o ambiente era de muita camaradagem entre os advogados que “tinham uma conduta ética muito forte”.

ESTRUTURA SÓLIDA

Dr. Jorge Aidar ressalta que a Subseção Londrina teve um crescimento extraordinário a partir dos anos 1990, tanto no que se refere ao patrimônio, quanto no atendimento prestado aos advogados. Para o advogado, a criação e a ampla diversidade de comissões que atuam nas mais variadas vertentes do Direito, contribui de forma expressiva para o fortalecimento de Londrina.

Foi na gestão de Jorge Aidar, aliás, que ocorreu a compra e reforma do imóvel da primeira sede da OAB-Londrina, no Edifício Tuparandi. De lá para cá, a Subseccional formou uma estrutura sólida, capaz de oferecer benefícios concretos a toda a advocacia da região.

Artur Piancastelli, que presidiu a Subseção entre 2013 e 2015, também exalta a estrutura disponibilizada hoje aos advogados da jurisdição. “A OAB-Londrina conta atualmente com três sedes - administrativa, histórica e de lazer; tem um quadro funcional muito adequado; oferece aos profissionais cursos por meio da Escola Superior de Advocacia; concede benefícios em prol da saúde dos advogados, como vacinação subsidiada, médicos e convênios; além de atuar na defesa das prerrogativas da advocacia. Tudo isso mostra a força desta instituição, que trabalha não somente pela classe, mas que também faz questão de contribuir para o desenvolvimento da nossa cidade e da região”.

Para o atual presidente da Subseção, Nelson Sahyun Junior, chegar à sexta década demonstra, claramente, a solidez da entidade. “A OAB é formada, desde sua criação, por voluntários dedicados e aguerridos. A entidade reflete a força e luta da classe dos advogados, sempre prontos a defender a dignidade e justiça para toda a sociedade”, comenta. Para Sahyun Junior, a Subseção sempre esteve pronta para defender os interesses da classe, mas também nunca recuou ao ser chamada a defender os interesses de uma sociedade livre e democrática. “Viva a OAB-Londrina”, sustenta ele.



Foto histórica - inauguração da atual sede



Escritório compartilhado



O CÂNCER INFANTIL EXISTE DE VERDADE
FIQUE ATENTO AOS SINAIS

O diagnóstico precoce salva vidas!









CONIACC
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE APOIO E ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM CÂNCER



viver
VIVER A VIDA COM CÂNCER

 /ongviverlondrina

 Organização Viver

 @ongviver

 www.ongviver.org.br/

ACESSE CONIACC.ORG.BR E ENTENDA MELHOR TODOS OS SINTOMAS.

Sede do Tuparandi recebe o nome de Lauro Fernando Zanetti

Há um ano, a advocacia paranaense perdia uma de suas importantes lideranças: o advogado Lauro Fernando Zanetti. Para evidenciar o quanto ele foi importante para a classe, a OAB-Londrina prestou uma bela homenagem a ele, dando seu nome à sede histórica da entidade, localizada no edifício Tuparandi, no centro da cidade. A cerimônia foi realizada na noite de 20 de setembro.

A homenagem reuniu toda a diretoria da Subseção, conselheiros locais e estaduais; amigos e familiares de Zanetti, numa cerimônia bastante emocionante e repleta de boas lembranças da pessoa amável, amiga, bem-humorada e sempre muito convicta nas lutas em defesa da advocacia, especialmente, do interior do Estado.

A diretoria da OAB Paraná foi representada pelo vice-presidente Fernando Deneka, cujo discurso exaltou a dedicação de Zanetti à advocacia e à OAB. Também proferiram palavras de homenagem o conselheiro federal Artur Piancastelli; o advogado Alberto de Paula Machado, ex-presidente da OAB Paraná; o presidente da OAB Londrina, Nelson Sahyun Júnior, e o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, Fabiano Augusto Piazza Baracat. Fabíola Zanetti encerrou a série de tributos falando em nome da família. Sania Stefani, vice-presidente da OAB Londrina, também compôs a mesa durante a cerimônia.

O primeiro a fazer uso da palavra foi o advogado Alberto de Paula Machado, membro honorário vitalício do Conselho Estadual. Ele recordou a história de quando se conheceram e que ilustra bem a pessoa que foi Zanetti. Ainda estudante, Alberto de Paula Machado era presidente do DCE, nos anos 80, quando houve um pedido de reintegração de posse da sede da entidade pela Universidade Estadual de Londrina. Os estudantes resistiram. Zanetti defendia a UEL, e o ex-presidente da OAB-Londrina Jorge Aidar, que também esteve presente à homenagem

prestada pela Subseção, era o advogado do DCE.

“A partir daquele momento de divergência construímos uma grande e sólida amizade. Lauro Zanetti sempre foi um agente agregador”, disse de Paula Machado.

O conselheiro Artur Piancastelli, numa fala emocionante, destacou os atributos do amigo – “era uma pessoa simples, cativante, querida, carismática, divertido” - e a sua luta pela preservação da sede do Tuparandi após a inauguração da nova sede da OAB-Londrina. Também o vice-presidente da OAB-PR, Fernando Deneka, que representou a diretoria da Seccional, destacou o quanto Zanetti se envolveu tanto com a construção da nova sede – da qual presidiu a comissão de Obras – quanto nas obras de reforma da sede que agora recebe seu nome – e da qual também integrou a comissão de obras. “Ao nomearmos este espaço com seu nome, fica aqui eternizado o apreço e a gratidão pela atuação íntegra e exemplar do colega Lauro Fernando Zanetti. Sua solidariedade e sua generosidade estão inscritas na história da nossa entidade”, disse ele.

Presidente da CAA-PR, Fabiano Baracat, também lembrou do episódio da discussão da venda da sede do Tuparandi e que foi suspensa pelo Conselho Pleno da Seccional após defesa intransigente de Zanetti pela manutenção do patrimônio de todos os advogados.

O presidente da Subseção-Londrina, Nelson Sahyun Junior, também bastante emocionado, falou de sua trajetória na OAB e o quanto Zanetti o orientou e o incentivou. “Ele sempre lutou pelos advogados do interior, exigindo que fossem respeitados em suas demandas tanto quanto os que atuavam em Curitiba. Lauro Zanetti sempre será lembrado como uma pessoa fiel à família, aos amigos e ao humor”, disse ele, destacando uma das características marcantes do amigo.

Também falou, em nome da família, a



Composição da mesa em homenagem a Lauro Zanetti



Diretoria da OAB-Londrina com Maria de Lourdes de Almeida Zanetti



Discurso do Presidente da OAB-Londrina

filha Fabíola Zanetti de Brito, ressaltando o pai presente e carinhoso, e o advogado e dirigente da Ordem, sempre atuando com amor e muita dedicação. “Ele amava a OAB e na entidade fez muitos amigos. Meu pai deixa muitos legados e ensinamentos”.

Após os pronunciamentos, foi descerrada a placa com o nome do Dr. Lauro Zanetti, com a presença de sua esposa Maria de Lourdes de Almeida Zanetti, e dos filhos Graziela de Almeida Zanetti, dentista; Leonardo de Almeida Zanetti e Fabíola Almeida Zanetti de Brito, ambos advogados; e netos.

DEDICAÇÃO

No sistema OAB, Lauro Fernando Zanetti foi membro do Tribunal de Ética e Disciplina, vice-presidente desta subseção no triênio 98-2000, presidente na gestão seguinte, de 2000 a 2003, conselheiro federal pelo Paraná de 2004 a 2006 e também conselheiro seccional de 2007 a 2018. Atuou ainda em diversas comissões da seccional e lecionou no Curso de Direito da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

RUI CÉPIL DINIZ

Médico de Família e Comunidade - CAAPR-Londrina

Para marcar sua consulta com o médico de família, um programa da CAAPR, ligue para: (43) 3374-8300.



A Saúde além do remédio – Parte 6

Olá! Podemos dividir nossos problemas de saúde em dois grandes grupos: problemas de mau funcionamento e problemas estruturais. Ambos passíveis de prevenção e de modificação na sua história natural por nossa auto-observação e mudanças de atitude. Abordaremos hoje os problemas estruturais.

Nossa estrutura de sustentação consiste basicamente dos ossos, articulações, músculos, tendões e ligamentos. O desgaste de cada um deles começa desde o início de nossas vidas, mas a juventude com seu metabolismo acelerado, nos permite manter e até melhorá-los em muitos aspectos.

Exceto em situações específicas de traumatismos, entorses e outros acidentes, isso tudo funciona muito bem, até o fim de nossa juventude. Fatores como obesidade, sedentarismo, tabagismo, uso de drogas e alguns medicamentos, alimentação inadequada, etc, podem acelerar o processo de envelhecimento.

Os ossos sofrem com o enfraquecimento, chamado de osteoporose. Comum principalmente no pós-menopausa, nada mais é do que a perda da densidade óssea e de sua resistência, levando a maior probabilidade de fraturas. A melhor forma de prevenção é através de exercícios físicos, principalmente os de impacto, como caminhadas e corrida por exemplo; a dieta adequada, rica em cálcio, não fumar, tomar sol diariamente, e a terapia de reposição hormonal (quando indicada) também contribuem para a prevenção da osteoporose.

A artrose é o nome dado ao “envelhecimento das articulações”, marcada pela diminuição do líquido lubrificante intra-articular e pelo desgaste das cartilagens. Isso gera um maior atrito e conseqüentemente uma inflamação, que é a responsável pela dor. Os exercícios físicos, com a mobilização frequente da articulação, o alongamento e o fortalecimento da musculatura adjacente contribuirão para a “proteção” das articulações. Obviamente o excesso de peso, o sedentarismo, o tabaco, o uso de certos calçados, a ingestão insuficiente de líquidos e o impacto excessivo também contribuem

para a artrose.

Outros problemas articulares, como as bursites, tendinites, e lesões ligamentares diversas também poderiam ser evitadas com a postura adequada, pelo alongamento e fortalecimento muscular, pelos cuidados com os movimentos repetitivos, etc.

E por último, mas não menos importante, a dor nas costas. Uma vez ouvi de um colega ortopedista, que a dor lombar é o preço que pagamos por sermos bípedes. A postura ereta, permite que façamos nossas atividades rotineiras com o mínimo esforço da musculatura auxiliar de nossas costas e tronco em geral. Isso faz com que tenhamos um enfraquecimento desta musculatura, com a conseqüente exposição desta estrutura a traumas, entorses, e inflamações. Principalmente nós, que trabalhamos sentados a maior parte do tempo, precisamos fortalecer nossa musculatura das costas e abdome, que auxiliados pelo alongamento adequado e controle de peso, fará com tenhamos um envelhecimento “menos dolorido”, e com mais qualidade de vida.

Abraços a todos e parabéns (mesmo atrasado) pelo mês do advogado!

APROVEITE SEU DESCONTO
E VALORIZE SEU ESTILO COM

10% OFF*

CNS

Um passo à frente.

*Apresente a carteira da OAB vigente em uma de nossas lojas (confira as lojas participantes no site cnsonline.com.br/nossas-lojas, exceto Outlets), e ganhe 10% de desconto. Para compras online, utilize o código promocional OABCNS-TSF e ganhe 10% de desconto. Os descontos não são válidos para produtos em promoção, não cumulativos e não se aplicam ao frete.

A CNS é
parceira da
Casa HOPE



cnsonline.com.br

[f](#) [cns online](#)
[@](#) [cnsonline](#)